

## Retratos da Escola: *compromisso com a educação pública*

**E**m 2019, a *Retratos da Escola*, revista da Escola de Formação da CNTE (Esforce), comemora 12 anos. Criada em 24 de abril 2007 e lançada em outubro daquele ano, sua concepção marca a concretização de um importante projeto da CNTE: a criação de um canal que, ao permitir o diálogo direto entre a instituição e os sujeitos atuantes no setor educacional, produzisse um ambiente propício à reflexão da realidade social da educação pública no País. A ideia de permitir aos profissionais da educação conhecer a realidade das escolas brasileiras já era, no entanto, preocupação antiga, e desde os anos 1990 a CNTE vinha se empenhando na produção de documentos que auxiliassem os profissionais da educação nas suas lutas e no desenvolvimento de pesquisas sobre a área educacional. *Retratos da Escola* surge, assim, como uma publicação comprometida em examinar a educação básica e o protagonismo da ação pedagógica no âmbito da profissionalização dos trabalhadores em educação, divulgando e disseminando o conhecimento produzido e estimulando inovações no setor. Em outras palavras, como um periódico científico cuja base de existência e consolidação dirige-se a repensar a educação básica nacional, tendo sempre em vista dimensões como gratuidade, laicidade, qualidade e democratização da educação. Desde seu primeiro número, *Retratos da Escola* teve como missão possibilitar a ampliação das possibilidades de formação e de reflexão para os trabalhadores e trabalhadoras da educação - docentes e não docentes - por meio da produção e disseminação do conhecimento, envolvendo a pesquisa e o diálogo permanente com a academia, os movimentos sociais e os outros segmentos. Ao longo da sua existência, a revista sempre esteve comprometida em trazer a tona reflexões atuais de extrema relevância ao cenário político educacional.

Ano após ano, portanto, a publicação da revista tem enfrentado como desafios divulgar seu comprometimento com temas e reflexões caros ao setor político e sindical da educação, como o de divulgar a produção crítico-propositiva sobre os diversos temas educacionais em debate, para que, além da sua análise, possa também gerar subsídios para a ação educativa desejada. O esforço editorial se efetiva, ainda, em consonância às exigências técnicas - necessárias para a manutenção enquanto periódico científico qualificado da área.

Neste contexto, lançamos mais um número da revista, desta feita apresentando o dossiê “A BNCC e a formação de professores: tensões, atores e estratégias”. Em 2015 publicamos o dossiê “Base Nacional Comum: projetos curriculares em disputa” (v.9, n.17), num momento em que a sociedade brasileira estava sendo chamada a se manifestar sobre esta base. Além dos artigos situando os diversos entendimentos sobre a questão, consensos e disputas, publicamos, também, o documento denominado *Considerações da CNTE sobre o Projeto de Base Nacional Comum Curricular, elaborado preliminarmente pelo MEC*. Neste texto, foi destacada a posição histórica dos educadores sobre uma Base Nacional Curricular Comum para a educação básica no País, seus pressupostos legais e pedagógicos, articulados à construção de um sistema nacional de educação e ao regime de cooperação federativa. Damos, agora, continuidade àquela publicação com o atual dossiê.

Iniciamos esta *Retratos da Escola*, nossa primeira publicação de 2019, e com a sua divulgação apenas *on line*, com a seção Entrevista, primorosamente preparada pelos organizadores do Dossiê, professores Marcia Angela Aguiar e Luiz Fernandes Dourado, cujos questionamentos foram gentilmente respondidos por dirigentes de importantes entidades educacionais convidadas: ABdC, Anpae, ANPEd, Anfope e CNTE. A seguir, o dossiê, iniciado com um artigo/apresentação do tema, elaborado pelos seus organizadores, com a síntese e análise do seu conteúdo. Nossos leitores e leitoras terão oportunidade de tomar conhecimento de contribuições à temática, escritos por pesquisadores/as do nosso cenário educacional.

Na Seção Espaço Aberto, são apresentados quatro artigos. Rosa Maria Bortolotti de Camargo, Rosane Carneiro Sarturi e Mônica de Souza Trevisan são autoras do artigo *A educação integral na região sul do Brasil*. Focaliza a Meta 6 do PNE e constata que, embora a educação integral seja indispensável para o desenvolvimento da educação no País, no cenário político brasileiro o “tempo de escola” ainda precisa ser “reconhecido como uma política pública de fato”. A seguir, o artigo *Educação ambiental nos livros didáticos nos anos iniciais do ensino fundamental*, de autoria de Kely Cristina Enisweler, Sandra Jouris Dias, Elocir Aparecida Corrêa Pires e Vilmar Malacarne analisa as concepções de educação ambiental presentes nos livros de Ciências Naturais do 2º ao 5º ano, selecionados nos anos de 2013 a 2015. *A Lei do Piso e a Jornada: o trabalho docente nos estados*, de autoria de Márcia Aparecida Jacomini, Juca Gil e Edimária Carvalho de Castro, apresenta um estudo sobre o cumprimento da Lei 11.738/2008, quanto à duração e composição das jornadas de trabalho dos professores nas redes estaduais. Os autores destacam a sua grande diversidade e o descumprimento do PSPN na maioria das redes estaduais. Carla da Mota Souza, apoiada em pesquisa realizada entre 2014 e 2018, é autora do artigo *Contratação de Docentes na EJA no município do Rio de Janeiro*, no qual constata a falta de requisito seletivo para a contratação destes professores.

A Seção Relato de Experiência descreve uma metodologia didática com a finalidade de promover a compreensão do movimento bidimensional em estudantes do ensino

médio no texto *Proposta de ensino na física: o lançamento de foguete*, de autoria de Felipe Endo Arruda Nitsche, Hercília Alves Pereira Carvalho e Shalimar Calegari Zanatta.

Finalizando este editorial, não podemos deixar de fazer menção à extrema preocupação com as políticas para a educação que estão sendo adotadas pelo governo atual. Desde a Constituição Federal de 1988, vinha sendo construído no Brasil um consenso sobre a educação como a grande prioridade nacional. A discussão sobre educação como política de Estado vinha se construído no País por diferentes partidos, por diferentes governos, nas três instâncias de poder. Tal perspectiva, se efetivada em consonância ao PNE, resultaria em conquistas importantes, permitindo avançar no fortalecimento da educação infantil, na universalização do ensino fundamental, na retomada da educação técnica e profissional, no esforço pela alfabetização e educação de adultos, na melhoria da avaliação da educação em todos os seus níveis, na ampliação dos anos de escolaridade obrigatória, com aumento expressivo das matrículas em todos os níveis de ensino, na expansão significativa das vagas no ensino público, da pós-graduação, mestrado e doutorado e, conseqüentemente, na qualidade da pesquisa e produção científica realizada no Brasil.

Desde o golpe midiático, parlamentar e jurídico de 2016, que destituiu a presidente Dilma Rousseff, contudo, assistimos à desestabilização desses projetos: o governo ilegítimo de Michel Temer, apoiado pelo capital financeiro e pelo governo norte-americano, conseguiu a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que impõe um teto para todos os gastos com políticas sociais em geral e com a educação em particular, e de uma reforma trabalhista que precarizou as relações de trabalho, induzindo à terceirização e à ampliação do número de trabalhadores informais e temporários, inclusive professores.

No (des)governo Jair Bolsonaro esse processo se radicalizou; e estamos vivenciando a crueldade de um ataque coordenado, visando a desconstrução das conquistas sociais e populares e a implantação de um sistema que visa a privatização irrestrita, a militarização das escolas e o armamento da população, a educação domiciliar, a desvinculação do Estado com o financiamento do ensino superior e o controle ideológico da profissão docente, através do movimento da Escola sem Partido. O atual governo representa o uso do conservadorismo a serviço da mais extrema ideologia neoliberal, que vê na educação não um ganho social, mas uma reles mercadoria cujo fim último – como a privatização da água, da energia, do petróleo – é drenar para os verdadeiros (e poucos!) detentores do capital financeiro recursos que deveriam ser aplicados diretamente pelo Estado na educação democrática, laica, gratuita e emancipadora das escolas e universidades públicas.

São limitações e retrocessos cujas conseqüências evidenciam a perda de conquistas históricas. Sob a espúria alegação de corrigir desvios, o governo ataca o que denomina equivocadamente de “marxismo cultural”, defende a ideia de que as humanidades são desnecessárias e pouco úteis à formação dos estudantes e ainda induz a população ao

convencimento inverídico sobre gastos excessivos no ensino, especialmente no nível superior, cujo dispêndio reverteria em prejuízo aos investimentos na educação básica.

A lógica de ação do movimento “Escola sem partido”, que representa uma fatia importante dos que apoiam o atual governo, parte de uma concepção de escolarização na qual ao papel das ciências se contrapõem os dogmas religiosos e preconceitos anti-científicos, num claro avanço do irracionalismo. Há uma mescla de monitoramento e intimidação dos docentes. Premissas e práticas desse movimento refletem uma perspectiva de acentuada depreciação dos professores, desprovidos daquilo que caracteriza a profissão: identidade profissional reconhecida e prestigiada, que deriva do domínio de um certo saber, e o pressuposto de uma conduta profissional ética e confiável. O estímulo à vigilância permanente sobre o que fazem torna a cada dia mais desvalorizada, social e politicamente, a profissão. Famílias são incitadas a vetar a abordagem de valores sociais básicos, que devem estar presentes num sistema nacional de educação.

Por fim, cabe destacar que o Plano Nacional de Educação, 2014–2024, verdadeiro patrimônio do País, construído coletivamente pela sociedade brasileira, aprovado por unanimidade pelo Congresso Nacional e sancionado sem vetos pela presidenta Dilma, tem sido secundarizado pelo atual governo. Com isto, é preciso muita luta conjunta para efetivar políticas de Estado. Neste cenário, é vital a defesa do PNE, visando democratizar o acesso à educação básica e superior, universalizar a educação básica obrigatória, valorizar os profissionais da educação, estabelecer um efetivo Sistema Nacional de Educação, de cooperação e colaboração entre União, estados, municípios e o Distrito Federal, entre outros.

Mais do que nunca, precisamos construir um projeto coletivo de nação democrática, civilizada e de bem-estar. Cabe a nós, trabalhadores da educação, nos unir aos demais setores sociais de vanguarda, na luta por uma educação digna, pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade para todos e todas.

*Comitê Editorial da Retratos da Escola*